

Educação. Alunos do ensino básico foram obrigados a estudar conteúdos como cultura afro-brasileira e indígena, o que diminuiu o espaço para as disciplinas tradicionais. Especialistas criticam o Legislativo, que desorganiza a grade e pode prejudicar a formação

Emendas incham currículo escolar com 6 novos conteúdos em três anos

Luciana Alvarez
Mariana Mandelli

Além de português, matemática, história, geografia e ciências, nos últimos três anos os alunos do ensino básico de todo o País se viram obrigados a estudar filosofia, sociologia, artes, música e até conteúdos como cultura afro-brasileira e indígena e direitos das crianças e adolescentes. Também incham o currículo escolar, tirando espaço das disciplinas tradicionais, temas como educação para o trânsito, direitos do idoso e meio ambiente.

De 2007 até o mês passado, emendas incluíram seis novos conteúdos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação. Há ainda leis específicas, que datam a partir de 1997, que complementam a LDB. Outras dezenas de projetos com novas inclusões tramitam no Congresso.

Esses acréscimos representam um desafio a todos os gestores, mas em especial aos da rede

pública, onde a maioria dos alunos não consegue aprender satisfatoriamente português e matemática.

Na rede estadual de São Paulo, por exemplo, a Secretaria da Educação teve de cortar aulas de história no ensino médio em 2008 para cumprir a lei e aumentar as de filosofia e incluir sociologia na grade. Na época, os estudantes do período diurno tiveram uma redução de cerca de 80 aulas de história, na soma dos três anos letivos do ensino médio.

Para a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Yvelise Arco-Verde, os legisladores podem ter boas intenções, mas muitos desconhecem a realidade da sala de aula. "Sobra para os gestores fazer concurso, contratar novos professores, criar material didático, organizar a grade", diz. Não há um levantamento exato, mas em vários Estados ainda faltam professores de sociologia e a disciplina acaba sendo dada por docentes de outras áreas.

Yvelise, que é secretária da Educação do Paraná, discorda da ideia de que se possa resolver problemas sociais com a inclusão de temas na grade escolar. "A escola tem de dar os fundamentos para que o aluno faça sua leitura de mundo. Não é o fato de ter uma disciplina sobre drogas que vai garantir que o jovem se afaste do vício."

Exemplo

PAULA LOUZANO
PEDAGOGA DA FUNDAÇÃO LEMANN
"Os países mais desenvolvidos têm currículos abordando que competências e habilidades os alunos devem ter."



Nova grade. Alunos de escola estadual na zona norte de São Paulo assistem à aula de filosofia

Paula Louzano, pesquisadora da Fundação Lemann, defende a discussão do currículo do ensino básico de forma integral como forma de combater os remendos na LDB, muitas vezes com tendências corporativistas. "Cada vez mais a gente está entulhando coisas via emenda. Até respeito a intenção, mas como ninguém tem interesse em matemática, quem vai fazer o lobby por ela?", questiona. "Não sou

contra as aulas de música, mas quero discutir o todo, não que cada grupo vá individualmente e faça pressão."

Membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), César Callegari concorda que o currículo escolar não pode ser definido por processos legislativos individuais. "O currículo não é matéria legislativa. A criação de muitas disciplinas gera uma desorganização e pode piorar a educação

brasileira", diz. Callegari, porém, afirma que algumas das leis, como a que instituiu a filosofia, são importantes. "Não há nenhum mal em expandir o currículo, mas tem de ser de forma organizada e sustentável, respeitando a autonomia das escolas e das redes."

Durante pesquisa para seu doutorado, a professora Rosimar de Fátima Oliveira, da Universidade Federal de Minas Ge-

Rede particular de SP fez lobby para desafogar grade

Após questionamentos de alguns colégios particulares, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo deu um parecer permitindo que os conteúdos de filosofia e sociologia sejam dados dentro de outras disciplinas. Ou seja, não é preciso haver na grade matérias exclusivas para esses temas. "Foram tantas emendas que se torna impossível montar um currículo", opina Mauro Aguiar, diretor do Colégio Bandeirantes. "Há uma limitação física de número de aulas, de dias da semana. Reduzir português, matemática e física para incluir outras aulas distorce o currículo."

rais (UFMG), constatou que entre 1995 e 2003 foram apresentadas por deputados federais 545 propostas de lei para a educação. "Os parlamentares concebem o currículo como uma soma de disciplinas", explica. "Eles enxergam nesse procedimento um meio de intervir na dinâmica escolar, pretensamente alterando a realidade social via escolarização de determinados temas sociais considerados relevantes."

Academia da PM terá vestibular exclusivo

Carlos Lordelo
ESTADÃO.EDU

Estão abertas até o dia 27 as inscrições para o exame de ingresso no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Barro Branco. A partir deste ano, a seleção deixará de ser feita por meio do vestibular da

Fuvest, como ocorria desde 1997. A Fundação Vunesp, escolhida por licitação, será responsável por um processo exclusivo.

Segundo o capitão Celso Antonio de Oliveira, da Divisão de Seleção e Alistamento da PM, a Fuvest não atendeu ao cronograma do concurso após a regulamentação da Lei de Sistema de Ensino

da PM do Estado de São Paulo. O vestibular da Fuvest, que seleciona alunos para a USP e a Santa Casa, está marcado para novembro. Os exames da Barro Branco começam no dia 10 de outubro.

Oliveira estima que, por causa da alteração de datas, o número de inscritos neste ano passe de 5 mil - na seleção anterior, foram

3.453 candidatos. A academia oferece as mesmas 90 vagas, sendo 60 para homens e 30 para mulheres. "Agora não estamos mais no calendário tradicional dos vestibulares", justifica o capitão.

Os aspirantes a oficiais terão de responder a 80 questões de múltipla escolha de português, língua estrangeira, matemática,

história e geografia, além de filosofia e sociologia. "A nossa área lida basicamente com ciências humanas", diz Oliveira.

Para Fernando Telles Pires, diretor do curso Getepê, especializado em preparar candidatos para exames de ingresso à carreira militar, as mudanças são positivas. Filho de um ex-general, ele aproveitou para relançar uma turma específica para o Barro Branco. "A gente não fazia isso há uns dez anos, porque as pes-

soas podiam estudar em qualquer cursinho que prepara para a Fuvest. Conseguimos mais de cem alunos", comemora. "Mesmo que a concorrência fique maior, não há necessidade de o candidato saber física, química e biologia, porque não são conhecimentos pertinentes à atividade que ele vai exercer no futuro."

Procurada por dois dias pela reportagem, a Fundação Vunesp não quis comentar as alterações no processo seletivo.

Migração do Nordeste para o Sudeste aumenta

Comparação de dados de 2005 e 2008 mostra que cresceu número de viajantes com vínculo formal de trabalho

Renan Carreira
AGÊNCIA ESTADO

Volta a crescer o número de migrantes que deixam a Região Nordeste e vêm para a Região Sudeste. É o que mostra o estudo *Migração Interna no Brasil*, divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que analisou os anos de 1995, 2001, 2005 e 2008.

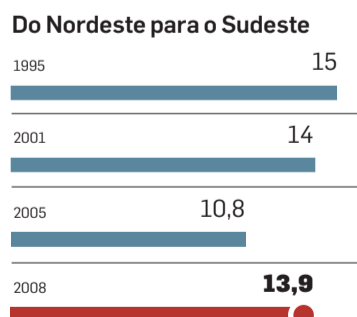
A pesquisa aponta que, desde o começo da série (1995) até o ano de 2001, o fluxo do Nordeste para o Sudeste era maior que o fluxo inverso, situação que sofreu uma reviravolta nos sete primeiros anos da década de 2000.

Em 2008, o fluxo entre as duas regiões voltou a ser favorável ao Sudeste. A pesquisa dá como uma das explicações para essa alteração uma mudança de perfil dos migrantes. Segundo o instituto, "os migrantes do Nordeste para o Sudeste já gozam de melhor situação, em termos de formalização do trabalho, que a

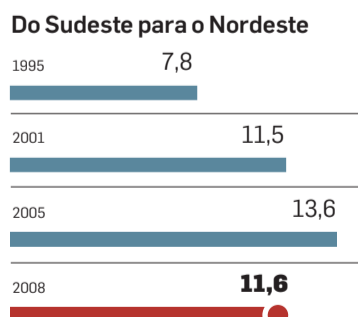
CONTRAFLUXO

Último relatório do Ipea revela uma inversão na tendência de migração do Nordeste para o Sudeste

EM PORCENTAGEM



FONTE: IPEA



INFOGRAFIC/AE

dos próprios trabalhadores não migrantes da Região Sudeste".

As Regiões Nordeste e o Sudeste do País concentram mais de 60% dos migrantes (aqueles que mudam de uma região para outra ou dentro da própria região).

O instituto utilizou para a análise dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e considerou como migrantes aqueles que mudaram de Estado nos cinco anos anteriores a cada uma das datas usadas.

Segundo o estudo, em 1995 o número de migrantes se aproximava de 4 milhões de pessoas - 3% da população. Já em 2008, o total caiu para 3,3 milhões (1,9% da população).

Proximidade. A pesquisa revela ainda que os fluxos migratórios não se dão apenas de regiões pobres para ricas. A migração do Norte, por exemplo, é maior para o Nordeste do que para o Sudeste nos anos analisados. O documento informa que

"a ideia comum de exportação da pobreza de regiões menos desenvolvidas para outras de maior poder e dinamismo econômico deve sofrer, então, restrições, ou melhor, qualificações, já que a proximidade também é um fator relevante para explicar os fluxos".

A pesquisa do Ipea mostra que a alta escolaridade do migrante - com 12 ou mais anos de estudos - aumenta nos anos analisados. O mesmo ocorre com não migrantes, embora em um ritmo menor.

O estudo afirma que a escolarização aumenta a probabilidade de migração: o percentual de migrantes com pelo menos 12 anos de estudo é maior que o de não migrantes nessa situação.

Na análise do que ocorre no Nordeste e no Sudeste é levada em consideração a distância da migração. O trabalho aponta que os mais escolarizados preferem migrar dentro da própria região, enquanto a decisão de mudar de região fica mais restrita aos menos escolarizados. O oposto acontece entre os migrantes das Regiões Sul e Centro-Oeste.

Os jovens da faixa etária de 18 a 29 anos são quase metade dos migrantes. Em 1995, do total de migrantes no País, o percentual de jovens era de 49,9% e, em 2001, de 47,3%. Há cinco anos, o total era de 45,5%, índice pouco menor que o de 2008, de 45,6%.

Greve de médicos residentes tem alto índice de adesão

Sindicato da categoria diz que 80% dos residentes cruzaram os braços em todo o País; adesão é parcial em SP

A greve dos médicos residentes, que teve início ontem em todo o País, conta com adesão de 80% da categoria, segundo a Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR). O índice corresponde a cerca de 17,5 mil profissionais.

Anteontem, o Ministério da Saúde ofereceu aumento de 20% na bolsa mensal, a partir do Orçamento de 2011. De acordo com a ANMR, assembleias estão sendo realizadas em todos os Estados para discutir a proposta, mas as respostas até o final do dia foram negativas quanto à aceitação.

A categoria reivindica aumento de 38,7% na bolsa mensal; instituição de data-base anual para reajuste; 13.º salário, chamada de gratificação natalina; aumento da licença-maternidade de 4 para 6 meses; auxílio-alimentação e adicional por insalubridade.

Segundo a categoria, o Esta-

do de São Paulo tem adesão parcial à greve. O Hospital Heliópolis aderiu ontem. Está marcada para amanhã a inclusão na greve dos hospitais Santa Marcelina, Universitário da USP e do Servidor Público Estadual.

Paralisação. No Rio, segundo o vice-presidente da Associação dos Médicos Residentes do Estado do Rio de Janeiro (Amerej), Daniel Cesar, cerca de 3 mil médicos residentes paralisaram suas atividades nos 76 hospitais da rede pública do Estado. Apenas atendimentos de urgência são realizados. O vice-presidente da Amerej assegurou ontem que a categoria só volta ao trabalho após firmar acordo com o governo federal.

Os dados da Amerej foram contestados pela Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (Sesdec). Segundo a secretaria, entre os hospitais da rede estadual, apenas o Getúlio Vargas e o Saracuruna contam com médicos residentes e eles estão trabalhando normalmente.

Amanhã, a categoria deve realizar uma passeata no centro do Rio, em direção à Câmara Municipal. / SOLANGE SPIGLIATTI e PEDRO DA ROCHA